

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do BPN Brasil Banco Múltiplo S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)			DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)		
	2012	2011		Semestre findo em 31 de dezembro 2012	Exercícios findos em 31 de dezembro 2012
Ativo			Passivo		
Circulante	183.086	261.692	Circulante	102.157	134.918
Disponibilidades (nota 4)	5.864	4.506	Depósitos (nota 12)	44.533	62.230
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	78.029	49.406	Depósitos à vista	466	1.926
Aplicações no mercado aberto	77.017	47.985	Depósitos interfinanceiros	1.874	2.536
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.012	1.421	Depósitos a prazo	42.193	57.768
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	50.061	55.919	Relações interfinanceiras	45	-
Carteira própria (nota 6)	32.687	10.277	Recebimentos e pagamentos a liquidar	45	-
Vinculados ao Banco Central (nota 6)	-	28.784	Relações interdependências (nota 18 b)	4.701	413
Vinculados à prestação de garantia (nota 6)	9.692	14.4	Recursos em trânsito de terceiros	4.701	413
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	7.682	144	Obrigações por empréstimos (nota 12)	29.016	33.062
Relações interfinanceiras	33	47	Empréstimos no exterior	29.016	33.062
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central	33	47	Instituições oficiais (nota 12)	16.499	32.161
Operações de crédito (nota 8)	32.098	98.416	BNDES	-	1.371
Sector privado	41.454	109.181	FINAME	1.215	8.552
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.356)	(10.765)	Outras instituições	15.284	22.238
Outros créditos	16.926	43.794	Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	2.324	-
Créditos por avais e fianças honoradas (nota 8 a)	227	-	Outras obrigações	5.039	7.052
Carteira de câmbio (nota 11)	15.088	28.701	Cobrança e arrecadação de tributos e assembleados	-	150
Rendas a receber	3	1	Carteira de câmbio (nota 11)	1.719	1.802
Diversos (nota 10)	6.164	26.670	Fiscais e previdenciárias	510	453
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(4.556)	(11.578)	Negociação e Intermediação de Valores	33	27
Outros valores e bens	75	9.604	Dívidas subordinadas (nota 12)	715	630
Bens não de uso próprio	-	10.726	Diversas (nota 13)	2.062	3.990
Provisão para desvalorizações	-	(2.168)	Exigível a longo prazo	71.416	137.548
Despesas antecipadas (nota 9)	75	1.046	Depósitos (nota 12)	48.226	87.395
Realizável a longo prazo	41.236	56.271	Depósitos a prazo	48.226	87.395
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	5.644	Obrigações por empréstimos (nota 12)	-	27.692
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	-	5.644	Empréstimos no exterior	-	27.692
Operações de crédito (nota 8)	17.620	40.434	Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais (nota 12)	2.370	6.507
Sector privado	23.773	51.691	BNDES	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.153)	(11.257)	FINAME	2.370	3.480
Outros créditos	2.227	7.108	Outras instituições	-	3.027
Diversos (nota 10)	2.227	7.128	Outras obrigações	20.820	15.954
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(20)	Fiscais e previdenciárias (nota 14)	1.383	1.243
Outros valores e bens	21.389	3.085	Dívidas subordinadas (nota 12)	15.699	14.437
Bens não de uso próprio	22.802	5.481	Diversas (nota 13)	3.738	274
Provisão para desvalorizações	(1.413)	(2.783)	Resultado de exercícios futuros	106	321
Despesas antecipadas (nota 9)	-	387	Resultados de exercícios futuros	106	321
Permanente	1.435	1.836	Patrimônio líquido	52.078	47.012
Investimentos	134	134	Capital social - domiciliados no exterior	153.386	129.477
Outros investimentos	134	134	Prejuízos acumulados	(101.308)	(82.465)
Imobilizado de uso	775	1.013			
Outras imobilizações de uso	2.295	2.291			
Depreciações acumuladas	(1.520)	(1.278)			
Diferido	357	407			
Gastos de organização e expansão	1.975	1.975			
Amortizações acumuladas	(1.648)	(1.568)			
Intangível	199	282			
Ativos intangíveis	436	432			
Amortizações acumuladas	(237)	(150)			
Total do Ativo	225.757	319.799	Total do Passivo	225.757	319.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)

	Capital subscrito	Aumento de capital	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2010	89.798	-	409	(44.288)	45.919
Aumento de capital (nota 15 a)	10.959	28.720	-	-	39.679
Realização de reservas	-	-	(409)	409	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(38.586)	(38.586)
Em 31 de dezembro de 2011	100.757	28.720	-	(82.465)	47.012
Aumento de capital (nota 15 a)	52.629	(28.720)	-	-	23.909
Prejuízo do exercício	-	-	-	(18.843)	(18.843)
Em 31 de dezembro de 2012	153.386	-	-	(101.308)	52.078
Mutações do exercício	52.629	(28.720)	-	(18.843)	5.066
Em 30 de junho de 2012	143.424	-	-	(97.468)	45.956
Aumento de capital (nota 15 a)	9.962	-	-	-	9.962
Prejuízo do semestre	-	-	-	(3.840)	(3.840)
Em 31 de dezembro de 2012	153.386	-	-	(101.308)	52.078
Mutações do semestre	9.962	-	-	(3.840)	6.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BPN Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco" ou "BPN Brasil") tem por objeto a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias inerentes aos bancos múltiplos e as respectivas carteiras autorizadas (comercial, crédito, financiamento e investimento, bem como autorizações para realização de operações rurais e de câmbio). O Banco era controlado pelo Banco Português de Negócios S.A. (BPN Portugal), com sede em Porto - Portugal. Em 2008, todas as ações representativas do capital social do BPN foram nacionalizadas pelo Governo de Portugal. O então acionista controlador passou, assim, a ter natureza de sociedade anônima de capital público e detido pela Direção Geral do Tesouro e Finanças. A sua gestão foi atribuída à Caixa Geral de Depósitos S.A. (CGD). Como parte do seu processo de reprivatização, o BPN Portugal constituiu durante o exercício de 2010 as entidades Parparticipadas, SGPS, S.A., Parvalorem, S.A. e Parups, S.A., a quem alienou um conjunto de seus ativos. Dentro desse contexto, o BPN Brasil passou a ser controlado indiretamente pela Parparticipada. Em 31 de julho de 2011, o Governo de Portugal, através de Comunicado do seu Ministério das Finanças, anunciou a venda de parte do Banco Português de Negócios S.A. (BPN Portugal) (então controlador do BPN Brasil Banco Múltiplo S.A.) ao Banco BIC Português, S.A. (BIC). Em 9 de dezembro de 2011, foi assinado Contrato de Promessa de Compra e Venda entre o Comprador e o Governo de Portugal, com pagamento de sinal de 25% do valor da operação pactuada entre as partes. A concretização da operação foi concluída em 30 de Março de 2012 e abrange somente parte da operação do BPN em Portugal, ou seja, não incluiu a operação brasileira. Como consequência dessa decisão, após a formalização do contrato de compra e venda em Portugal, o BPN Brasil passou a ser controlado indiretamente pelo Estado Português e diretamente pela Parparticipada, SGPS, S.A. O Governo Português tem a intenção de alienar as empresas que não foram compradas pelo BIC na negociação finalizada em março último, entre elas o BPN Brasil, tanto que contratou como *advisor* para o processo de venda no Brasil a Caixa BI (Banco de Investimentos da CGD). Ao longo do exercício de 2012 alguns investidores avaliaram o BPN Brasil, tendo enviado propostas à Caixa BI, e neste momento o Estado Português está avaliando as opções. Tendo em vista o cenário acima, a Administração do Banco no Brasil vem tomando uma série de medidas visando a adequação de sua estrutura operacional e financeira aos patamares considerados adequados para fazer face aos seus negócios. Essas medidas incluem: (a) Aporte dos acionistas controladores de R\$ 98.480 nos últimos três exercícios, sendo R\$ 34.900 no ano de 2010, R\$ 39.679 no ano de 2011 e R\$ 23.909 no ano de 2012 (nota 15 a); (b) Manutenção do índice Basileia em níveis superiores ao exigido pelo BACEN (nota 18 g); (c) Avaliação, em curso, do seu quadro de executivo e funcional, objetivando não só uma redução de custos administrativos, mas também uma readequação a um novo patamar organizacional; (d) Desenvolvimento, ainda em curso, de um plano de negócios num horizonte de 2 anos, objetivando reverter a situação deficitária apresentada nos últimos três exercícios e adequando suas atividades operacionais à realidade deste período de transição; e (e) Monetizar os imóveis retomados através de leilões e manter o esforço de recuperação de créditos não performados. Com essas medidas, a Administração do Banco espera reverter a tendência de prejuízo apresentada nos últimos exercícios, sem comprometer sua liquidez e níveis atuais de solvência, ressaltando que a mesma já comunicou o controlador que caso o processo de alienação do BPN Brasil não seja definido até o final deste exercício, uma nova capitalização será necessária.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do BPN Brasil foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, normatizadas pelo BACEN e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos contábeis, e suas respectivas interpretações. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN estão relacionados abaixo e foram considerados na preparação das informações contábeis inseridas nessas demonstrações financeiras trimestrais: Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos; Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 - Demonstração do fluxo de caixa; Resolução CMN nº 3.570/09 - CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas; Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Eventos subsequentes; Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 - Pagamento baseado em ações; Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico. Não foram adotadas as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional e aprovadas pela CVM, ainda não reconhecidas pelo BACEN. Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN. A administração do Banco concluiu que na presente data, não são esperados efeitos decorrentes da entrada em vigor desses novos pronunciamentos. Na elaboração das demonstrações financeiras, foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 14 de fevereiro de 2013.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) **Resultado** - O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. (b) **Caixa e equivalente de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. (c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisões para desvalorização, quando aplicável. (d) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são apresentados no ativo circulante e avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários; • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ("hedge") ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza: • "Hedge" de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de "hedge" e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e • "Hedge" de fluxo de caixa - a valorização ou desvalorização referente a parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela não efetiva é registrada em contrapartida à adequada cota de receita ou despesa no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de "hedge" contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. (e) **Operações de crédito e provisões para créditos em liquidação duvidosa** - As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Os parâmetros acima consideram os períodos de atraso, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	A
de 31 a 60 dias	B
de 61 a 90 dias	C
de 91 a 120 dias	D
de 121 a 150 dias	E
de 151 a 180 dias	F
superior a 180 dias	G

Adicionalmente à provisão estabelecida como mínima na Resolução nº 2.682/99 do CMN, foi constituída provisão excedente considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos. A provisão excedente por cliente foi classificada nos correspondentes níveis de riscos. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas, até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia em rendas a apropriar. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, 5 anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. As operações reconhecidas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31 de dezembro 2012	Exercícios findos em 31 de dezembro 2012
Prejuízo do semestre/exercício	(3.840)	(18.843)
Ajustes para reconciliar o prejuízo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.667	24.507
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	2.658	(7.043)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(3.187)	(3.538)
Depreciações e amortizações (nota 18 f)	203	409
Provisão com processos cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.219)	220
Resultado na venda bens não de uso próprio	1.893	3.989
Ativo fiscal diferido	(4)	-
Prejuízo ajustado do semestre/exercício	3.171	(299)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	34.968	409
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	18	11.502
Relações interfinanceiras e interdependências	14	14
Operações de crédito	15.247	51.726
Outros créditos	3.632	38.792
Outros valores e bens	722	1.363
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Depósitos	(31.906)	(56.866)
Relações interfinanceiras e interdependências	4.404	4.333
Obrigações por empréstimos e repasses	(4.587)	(51.537)
Instrumentos financeiros derivativos	(50)	2.324
Outras obrigações	608	2.633
Resultado de exercícios futuros	(125)	(215)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	26.116	4.179
Atividades de investimentos		
Alienação de bens não de uso próprio	700	2.310
Alienação de imobilizado de uso	-	-
Aquisições de imobilizado de uso	(1)	(4)
Aquisições de ativo intangível	-	(4)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	699	2.302
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital	9.962	23.909
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamentos	9.962	23.909
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	36.777	30.390
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	46.104	52.491
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	82.881	82.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

fundamentada na análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor necessário para créditos de liquidação duvidosa, e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, bem como as normas e instruções do CMN e do Banco Central do Brasil. (f) **Investimentos** - Os investimentos em títulos patrimoniais são demonstrados ao custo de aquisição, ajustados pela atualização patrimonial informada pelas instituições. Os demais investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos das provisões para perdas, quando aplicável. (g) **Imobilizado** - Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo móveis, instalações e equipamentos de comunicação - 10% e o sistema de processamento de dados - 20%. (h) **Diferido** - Os gastos de organização e expansão, registrados ao custo de aquisição ou formação correspondem ao seguinte: • Benefícios em imóveis de terceiros, amortizados linearmente com base no prazo de locação de três anos; e • Gastos com desenvolvimento de softwares - correspondem a despesas com cessão de uso de sistemas de softwares e consultoria para implantação dos sistemas de contabilidade, empréstimos e gerenciais, amortizados linearmente pelo prazo de 60 meses. (i) **Ativo Intangível** - Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado de benefício econômico. Compostos basicamente por softwares, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso. (j) **Redução ao valor recuperável** - O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos não financeiros. Em 31 de dezembro de 2012, com exceção da provisão para desvalorização de bens não de uso próprio no montante de R\$ 1.413 (2011 - R\$ 4.951), a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras. (k) **Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS** - Provisões às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Porcentagem
Imposto de renda	15,00
Adicional de imposto de renda	10,00
Contribuição social	

BPN Brasil Banco Múltiplo S.A.
CNPJ nº 61.033.106/0001-86

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor; e (iii) Obrigações legais fiscais e previdenciárias: Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão. (m) **Outros ativos e passivos** - Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro rata" dia). (n) **Uso de estimativas** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação dos itens dos investimentos para renda; (ii) amortizações de itens do intangível; (iii) provisão para perdas com operações de crédito e passivos contingentes; e (iv) ajuste a mercado de aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Caixa	5.864	4.506
Aplicações interfinanceiras de liquidez (equivalentes)	77.017	47.985
Caixa e equivalentes de caixa	82.881	52.491

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2012	2011
Aplicações no Mercado aberto		
Lastro em Títulos públicos		
LFT	45.009	-
LTN	32.008	33.994
NTN	-	13.991
Aplicações em depósito interfinanceiro		
Títulos privados		
CDI - Rural	1.012	1.421
Total (I)	78.029	49.406

(i) Destes valores, a parcela cujo prazo da aplicação inicial é inferior a 90 dias e possui risco insignificante, nos termos da nota 3 b, integram os saldos de caixa e equivalentes de caixa (nota 4).

(b) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	2012	2011
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6 d)	5.857	5.262
5.857	5.262	

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição da carteira de títulos e valores mobiliários classificada na categoria "para negociação", por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento, bem como a composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos.

(a) Composição por classificação

	2012		2011	
	Valor de custo amortizado	Valor de mercado/Contábil	Valor de custo amortizado	Valor de mercado/Contábil
Carteira própria e vinculada				
Livres				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	32.687	32.687	10.278	10.277
Vinculados ao Banco Central				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	-	-	28.790	28.784
Vinculados à prestação de garantias				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	9.692	9.692	16.716	16.714
Instrumentos financeiros derivativos				
"Swaps"	7.409	7.682	5.866	5.788
49.788	50.061	61.650	61.563	

(b) Composição por prazo de vencimento

	2012			2011		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	27.669	14.710	42.379	55.775	-	55.775
Instrumentos Financeiros Derivativos						
"Swaps"	7.682	-	7.682	144	5.644	5.788
35.351	14.710	50.061	55.919	5.644	61.563	

O risco da carteira e a provisão para créditos de liquidação duvidosa estavam assim distribuídos em 31 de dezembro:

Nível de risco	Percentual da provisão	Operações vencidas	Operações a vencer	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	-	-	72	72	-	7.448	-
A	0,5	-	23.668	23.668	118	88.708	444
B	1	-	9.302	9.302	93	53.884	539
C	3	475	17.074	17.549	527	8.632	259
D	10	1.702	8.508	10.210	1.021	7.371	737
E	30	-	1.402	1.402	421	13.121	4.067
F	50	94	2.107	2.201	1.100	15.625	7.812
G	70	-	1.709	1.709	1.197	4.831	3.381
H	100	2.388	13.200	15.588	15.588	16.381	16.381
		4.659	77.042	81.701	20.065	216.001	33.620

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2012	2011
Saldos iniciais	33.620	34.241
Constituição líquida	17.464	2.931
Créditos baixados para prejuízo	(31.019)	(3.552)
Saldos finais	20.065	33.620

No exercício, o montante de créditos recuperados foi de R\$ 22.052 (R\$ 297 em 2011).

(e) Créditos renegociados

Os créditos renegociados no exercício representam R\$ 39.996 (R\$ 60.737 em 2011).

9. OUTROS VALORES E BENS

Referem-se a bens não de uso próprio recebidos em dação em pagamento de operações de crédito e despesas antecipadas.

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2012	2011
Títulos e créditos a receber	4.648	31.099
Depósito judicial PIS (nota 14)	1.607	1.453
Outras contas (i)	2.136	1.246
8.391	33.798	
Curto Prazo	6.164	26.670
Longo Prazo	2.227	7.128

(i) Referem-se, substancialmente, a impostos e contribuições a compensar e valores a receber pela alienação de bens não de uso.

11. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2012	2011
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	14.288	27.928
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 8 a)	900	773
15.088	28.701	
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	-	121
Obrigações por compra de câmbio	12.518	24.938
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 8 a)	(10.799)	(23.257)
1.719	1.802	

12. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES, EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR E REPASSES

Abertura dos depósitos, captações e repasses por vencimento:

Depósitos e captações	2012					2011				
	Sem vencimento	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total	Sem vencimento	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
À vista	466	-	-	-	466	1.926	-	-	-	1.926
Interfinanceiros	-	-	1.874	-	1.874	2.536	-	-	-	2.536
A prazo	-	1.567	40.626	48.226	90.419	145.163	-	-	-	145.163
Total de depósitos	466	1.567	42.500	48.226	92.759	149.625				
Empréstimos no exterior (i)	-	6.823	22.193	-	29.016	60.754	-	-	-	60.754
Dívida subordinada (ii)	-	-	715	15.699	16.414	15.067	-	-	-	15.067
Repasses no país (iii)	-	1.894	14.605	2.370	18.869	38.668	-	-	-	38.668
466	10.284	80.013	66.295	157.058	264.114					

(i) Representados por recursos captados no exterior junto as instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2012, os encargos financeiros variam de 3,20% a 3,50% a.a., com vencimentos até agosto de 2013 (2011 - Libor + 2,50% a 3,75% a.a. com vencimentos até junho de 2013).

(ii) Dívida subordinada refere-se a captação no exterior junto ao ex-controlador indireto BPN Portugal no montante de US\$ 8 milhões, realizada em 4 de junho de 2008 conforme "Contrato de Mútuo" e "Primeiro Aditivo ao Contrato de Mútuo", firmados entre o Banco e o Banco Português de Negócios, S.A. autorizado a integrar o seu capital de nível II nos termos da Resolução CMN nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, e homologado pelo Banco Central do Brasil em 25 de agosto de 2008. Em 31 de dezembro de 2012, os encargos financeiros são calculados pela Libor semestral com vencimentos até maio de 2018.

(c) Composição por emissor

	2012	2011
Títulos para negociação		
Público		
Governo Federal	42.379	55.775
Instrumentos Financeiros Derivativos		
"Swaps" - Privado	7.682	5.788
Instituições Financeiras	50.061	61.563

(d) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez

	2012	2011
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5 b)	5.857	5.262
Rendas de títulos de renda fixa	3.695	3.431
9.552	8.693	

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de atender às necessidades próprias e de clientes, a fim de administrar exposições a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. O gerenciamento e acompanhamento desse risco é efetuado por meio de políticas e estratégias de operação, assim como limites para posições assumidas e o crédito concedido às contrapartes, consoantes as diretrizes estabelecidas pela Administração. As operações de futuros, "swap" e opções são registradas em contas patrimoniais e de compensação pelo valor do contrato ou valor referencial e estão registradas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e de Futuros ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos estão sendo apresentados por tipo de papel e possuem vencimento até agosto de 2013, como segue:

	2012			2011		
	Ativos	Passivos	Valor de registro dos contratos	Resultado do período	Ativos	Passivos
"Swap"						
Dólar x CDI / CDI x Dólar	7.682	(2.324)	53.712	(507)	-	-
Futuros	-	(33)	8.728	4	-	-
7.682	(2.357)	62.440	(503)			

	2011			2011		
	Ativos	Passivos	Valor de registro dos contratos	Resultado do período	Ativos	Passivos
"Swap"						
Dólar x CDI / CDI x Dólar	5.788	-	40.935	908	-	-
Libor x Pré	-	-	-	264	-	-
Futuros	-	-	6.110	(348)	-	-
5.788	-	47.045	824			

As operações de derivativos do BPN Brasil tem o objetivo de proteção da operação de captação de recursos, cuja valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado é registrada diretamente nas contas de resultado. Tais operações têm como objetivo primário a mitigação do risco de oscilação das taxas cambiais e de juros por conta das captações no exterior.

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

(a) Composição total da carteira

	2012	2011
Empréstimos e títulos descontados	46.099	120.067
Financiamentos	3.698	15.022
Financiamentos rurais e agroindustriais	15.430	25.783
65.227	160.872	
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 11)	10.799	23.257
Outros créditos - rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 11)	800	773
Outros créditos - títulos e créditos a receber	4.875	31.099
81.701	216.001	

(b) Composição por vencimento

	2012	2011
Operações vencidas	4.659	18.129
A vencer		
Até 90 dias	21.219	67.814
De 91 a 360 dias	32.050	73.431
Acima de 360 dias	23.773	56.627
81.701	216.001	

(c) Composição da carteira de créditos por setor de atividade

	2012	2011
Setor público e privado		
Indústria	34.507	115.001
Comércio	19.335	21.177
Serviços	27.847	79.815
Pessoas físicas	12	8
81.701	216.001	

(iii) Representados por operações de repasses de Finame, BNDES e Funcef. Em 31 de dezembro de 2012, os encargos financeiros são atualizados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Real - pré e UMBNDES, Dólar e juros pré-fixados respectivamente com vencimentos até junho de 2014.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2012	2011
Provisões para pagamentos a efetuar - pessoal	677	639
Comissões a pagar (i)	270	2.235
Provisões para ações trabalhistas - Sabrico (ii) (nota 14)	2.301	856
Provisão de serviços técnicos especializados	866	98
Provisões diversas (iii)	1.217	-
Provisões para demais ações trabalhistas	220	62
Provisão para publicação de balanços	76	104
Outras despesas administrativas	173	270
5.800	4.264	
Curto Prazo	2.062	3.990
Longo Prazo	3.738	274

(i) Comissões a pagar aos correspondentes bancários.

(ii) Refere-se ao saldo residual dos processos trabalhistas movidos por ex-funcionários da empresa Sabrico, pertencente ao grupo SLN, onde o BPN Brasil e o Banco BPN Portugal, foram colocados no pólo passivo. Por decisão da Administração do Banco BPN em Portugal foi feito um acordo com o grupo de funcionários e foi pago em maio de 2011 a quantia aproximada de R\$ 16 milhões, sendo R\$ 9,8 milhões em nome do BPN Brasil e R\$ 6,2 milhões em nome do BPN Portugal, restando o saldo residual de R\$ 2.301 em 31 de dezembro de 2012 (2011 - R\$ 856). A Administração do Banco mantém entendimentos com a Administração da Paraparticipada (holding portuguesa que controla o BPN Brasil) para, em caso de eventuais contingências futuras, ser ressarcido por aquele acionista quanto às causas de natureza semelhantes a essa.

(iii) Referem-se, substancialmente, à provisão de remuneração e encargos relativa à retenção de colaboradores.

14. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

(a) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - PIS: O BPN Brasil ajuizou mandado de segurança para assegurar o direito de calcular e recolher PIS de acordo com a Lei Complementar nº 077/0, em relação aos fatos geradores ocorridos após março de 2006 ou, subsidiariamente, garantir o direito de recolher PIS somente com base em suas receitas provenientes da prestação de serviços, compensando-se os valores indevidamente recolhidos desde julho de 2003, nos termos das Leis nºs 9.430/96 e 9.250/95, por ser a Lei nº 9.718/98 inaplicável às instituições financeiras. O processo foi classificado como obrigação legal, tendo provisão no valor de R\$ 1.383 (2011 - R\$ 1.243) e depósitos judiciais efetuados no montante de R\$ 1.607 (2011 - R\$ 1.453).

(b) Provisões para processos trabalhistas - SABRICO: Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários da empresa SABRICO, controlada indiretamente pelo Grupo BPN em Portugal, pleiteando o recebimento de valores referentes a verbas rescisórias, em especial, aviso prévio, 13º salário, férias indenizadas e proporcionais, multa, horas extras e reflexos, danos materiais e morais. A provisão foi formulada levando em conta as verbas pleiteadas nas ações trabalhistas, observando-se a lei, jurisprudência e parecer dos assessores jurídicos externos. As causas prováveis trabalhistas foram provisionadas no valor de R\$ 2.301 (2011 - R\$ 856) (vide nota 13.ii). DEMAIS AÇÕES TRABALHISTAS: Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários do BPN Brasil pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidas, em especial horas extras e reflexos. As causas prováveis trabalhistas foram provisionadas no valor de R\$ 220 (2011 - R\$ 82). **(c) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível** - São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. Os principais processos são: SABRICO: Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários da empresa SABRICO, controlada

BPN Brasil Banco Múltiplo S.A.

CNPJ nº 61.033.106/0001-86

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do **BPN Brasil Banco Múltiplo S.A.** - São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do BPN Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação

das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BPN Brasil Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Ênfases - Riscos trabalhistas** - Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 13.ii às demonstrações financeiras, que menciona que o Banco foi citado em diversas ações judiciais de natureza trabalhista, impetradas contra antiga empresa não financeira no Brasil, ligada ao seu antigo acionista controlador em Portugal, para as quais mantém provisão registrada em "Outras Obrigações - Diversas" em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 2.301 mil. A referida antiga empresa ligada, entretanto, ainda possui outras ações trabalhistas em discussão judicial, nas quais o Banco não foi citado judicialmente até o presente momento e nenhuma provisão adicional foi registrada, tendo em vista a não existência de uma obrigação presente, de acordo com a Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional. **Prejuízos operacionais** - Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Administração do Banco no Brasil vem tomando

uma série de medidas visando à adequação de sua estrutura operacional e financeira aos patamares considerados adequados para fazer face aos seus negócios, que incluem aportes de capital, manutenção do Índice de Basileia em níveis superiores ao exigido pelo Banco Central do Brasil, avaliação do seu quadro executivo e funcional e desenvolvimento de um plano de negócios, objetivando reverter a situação deficitária atual. Portanto, a continuidade do Banco depende do sucesso dessas medidas e do suporte financeiro do acionista controlador. Nossa opinião não está ressalvada por causa deste assunto. **Alienação do controle acionário do acionista controlador indireto** - Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, em 31 de julho de 2011, o Governo de Portugal anunciou a venda do controle acionário do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), até então acionista controlador indireto do Banco, como resultado do processo de reprivatização iniciado em 2010. Este processo foi finalizado em 30 de março de 2012 com a venda definitiva do BPN em Portugal, sendo que, após esta formalização da venda, o Banco no Brasil passou a ser controlado indiretamente pelo Governo de Portugal, através de empresa localizada naquele país, denominada Parparticipadas, SGPS, S.A. Nossa opinião não está ressalvada por causa deste assunto.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2013

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Celso de Almeida Moraes
Contador
CRC nº 1 SP 124669/O-9

